

PDS diz que aceita negociar saída para a crise com o PMDB

Em termos contidos e quase sempre com eufemismos, os líderes do governo no Congresso deram à proposta de negociação do PMDB, ontem, os aplausos que negaram na quarta-feira, após o discurso do deputado Ulysses Guimarães. "Já esperávamos essa abertura de Ulysses", proclamou o vice-líder no senado, José Lins, que em concorda que os temas levantados no pronunciamento "são, efetivamente, aqueles em torno dos quais devemos discutir". Ao que acrescentou que "mais importante que os tópicos ou a forma de abordá-los é o início do diálogo".

O líder do PDS no Senado, Aloysio Chaves, saudou o discurso como "auspicioso", lembrando, porém, que o debate não se deve confinar num segundo momento ao Congresso "para não ser hermético". O senador, entretanto, fez restrições a algumas propostas específicas, como a "moratória unilateral" e ironizou algumas sugestões que, a seu ver, "são plágios de idéias de Delfim Netto, idéias, aliás, que vêm sendo postas em prática pelo governo", segundo afirmou ao repórter Márcio Chaer.

O líder do governo na Câmara, Nelson Marchezan, voltou a escusar-se da sua atitude intempestiva em plenário, anteontem, após o discurso, e frisou que "as portas do diálogo continuam abertas". Marchezan havia chamado o discurso de "apaixonado, cheio de dados equivocados e que nada de novo trouxe ao debate". Essas opiniões, segundo Aloysio Chaves, "não tiveram o menor significado" e, aplacada a carga emocional que cercou o pronunciamento, "a facilidade para chegar a um denominador comum será maior".

CAMPOS CRITICA

"Idéias demasiado genéricas e soluções muitas vezes incoerentes" são, na opinião do senador pelo PDS Roberto Campos, aspectos negativos da ampla proposta apresentada na quarta-feira pelo presidente do PMDB. O documento do partido de oposição, no entanto, não deixa de ser qualificado como "interessante" pelo senador, que

ressalta, em especial, a explicitação manifesta de conciliação, além de servir como canal para o debate dos vários temas colocados.

Ao discorrer sobre os diferentes pontos apresentados pelo documento do partido de oposição, Roberto Campos preocupou-se em explicar à repórter Maria Clara R.M. do Prado que não falava em nome do seu partido, mas como economista. Isto, no entanto, não elimina o poder de influência que certamente suas opiniões terão em uma eventual resposta oficial às propostas do PMDB: o senador é o presidente da comissão criada em seu partido para apreciar as diversas alternativas de política econômica sugeridas até agora com o objetivo de preparar um dossiê para a posição formal do PDS.

Como pontos positivos recomendados pelo PMDB, Roberto Campos destacou a necessidade de reforma do sistema financeiro, concordando com a sugestão de maior controle do "open market", de modo a "corrigir-se os abusos que levaram ao seu desvirtuamento". Fundamental seria o retorno do Banco Central às suas funções originais", no entender do senador.

Outro aspecto de concordância é o que diz respeito à proposta de consolidação do orçamento público, sujeito à aprovação pelo Congresso Nacional conforme diz o artigo 62 da Constituição. "A conquista da prerrogativa é difícil porque constrange a liberdade de ação do governo, mas não deixa de ser salutar."

Como propostas contraditórias, citou a elevação do salário real em função do aumento de produtividade. "Ora, como a produtividade média baixou nos últimos anos, torna-se inevitável a queda do salário real e isto contraria todos os dogmas do PMDB." Também, a sugestão de aumento da competitividade das estatais foi criticada porque, no entender do senador, ao propor o redirecionamento para as atividades fundamentais, o PMDB preserva justamente aquelas empresas de monopólio que são as mais ineficientes e comprometem a livre competição de mercado.